Bolsas
Na segunda-feira
1,83% São Paulo
1,41% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
168.498 — 169.295
11/11 12/11 13/11 16/11

Na segunda-feira
R$ 5,776
(+ 2,15%)

Dólar

	Últimos
9/novembro	5,504
10/novembro	5,584
11/novembro	5,586
12/novembro	5,586
13/novembro	5,654

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 6,355

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

CONTAS PÚBLICAS / Ala tradicional do partido de Lula abre divergência em relação à equipe econômica sobre o texto que propõe ajuste fiscal, com previsão de economia de até R$ 56 bi. Bolsa cai quase 2% e dólar chega a R$ 5,77

Governo tenta acalmar mercado e esquerda

» LUÍZA ALTOÉ
» RAPHAEL PATI
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Bruno Moretti, ministro Planejamento, é aguardado hoje para prestar esclarecimentos à bancada do PT sobre proposta de ajuste fiscal

O governo tenta, hoje, acalmar os ânimos da esquerda e do mercado em torno do Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026, que deve seguir hoje para a Câmara, após votação dos destaques ao texto-base no Senado. O impasse relacionado ao projeto de ajuste fiscal está entre as razões que fizeram a Bolsa brasileira cair quase 2% e o dólar atingir R$ 5,77 — maior alta desde abrir de 2025.

Desde que o projeto foi apresentado pelo ministro do Planejamento e Orçamento (MPO), Bruno Moretti, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), vem sendo atacado tanto por agentes do mercado financeiro — que dizem ser tímido, o pacote — quanto por deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que veem retrocesso em políticas sociais. Para apagar o fogo amigo, o líder do governo Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), agendou para hoje um encontro entre Moretti e a bancada petista.

"É evidente que a gente quer aprovar o projeto o mais rápido possível, mas a gente quer ouvir nossa bancada e outras bancadas. Se surgir alterações para melhorar, podemos aproveitar", disse Pimenta a jornalistas, após reunião com Moretti e com o ministro das Relações Institucionais (SRI), José Guimarães (PT). Segundo o líder, eles trataram de iniciativas para combater a desinformação sobre o PLP e discutir uma estratégia de votação da matéria na Casa.

Ao comentar a reação dos radicais, o parlamentar criticou as acusações de que Lula esteja cometendo "estelionato eleitoral" e afirmou que o Planalto trabalha para reduzir a desinformação sobre o conteúdo da medida.

O texto-base do PLP foi aprovado na semana passada pelo Senado Federal e, hoje, os senadores analisam os destaques. Na avaliação do líder, esses destaques têm potencial de descaracterizar o objetivo do projeto, que é acomodar anúncios feitos durante a campanha eleitoral no Orçamento de 2027, como o novo Desenrola, o Pix do MEI e as mudanças no Pé-de-Meia.

Três dos destaques foram apresentados pelo PL, partido que faz oposição ao governo. Um deles diz respeito ao dispositivo que adia o pagamento de R$ 12 bilhões da Lei Kandir devidos a estados e municípios. O outro derruba o teto de R$ 3 bilhões anuais na compensação previdenciária entre regimes. o terceiro destaque do PL tenta diminuir o teto de crescimento dos gastos para 0,6% acima da inflação, em lugar dos 2% propostos pelo governo. O quarto destaque é assinado pelo Republicanos e busca impedir a Receita Federal de restringir o uso de créditos corporativos no pagamento de tributos.

Concluído esse processo, a matéria segue para votação na Câmara dos Deputados, onde já há negociação com o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), para votação em regime de urgência. "A partir do momento que o Senado concluir a apreciação, a gente pode, conversando com Hugo Motta e líderes das bancadas, discutir um cronograma para votação do projeto na Casa", disse.

> **É evidente que a gente quer aprovar o projeto o mais rápido possível, mas a gente quer ouvir nossa bancada e outras bancadas. Se surgir alterações para melhorar, podemos aproveitar"**
>
> ***Paulo Pimenta, líder do governo na Câmara***

Pimenta afirmou ser "absolutamente natural" que parlamentares questionem o projeto, mas reiterou que mudanças no salário mínimo e no BPC, assim como no valor destinado à saúde e à educação, não foram debatidas. "Acredito que na medida que formos fazendo a discussão, boa parte das preocupações, e muitas delas são justas, vão sendo resolvidas. Lá no início", afirmou.

O líder também rechaçou as críticas de que o presidente estaria cometendo estelionato eleitoral, ou seja, quando um candidato faz promessas durante a campanha e, após assumir o cargo, adota medidas opostas. "Não podemos permitir uma narrativa onde segmentos vem acusando o presidente de estelionato eleitoral, precisamos restabelecer a verdade", disse.

Ele também criticou a comparação de que as medidas do governo seriam semelhantes ao "tesouraço" proposto pelo candidato derrotado Flávio Bolsonaro (PL). "Se tem alguém que tem compromisso com o SUS e a educação, é o presidente Lula", reiterou.

Fogo amigo

Entre os mais enfáticos nas críticas a Moretti está o deputado federal e vice-líder do governo na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), que publicou no X um texto que acusa o plano de Moretti de "derrubar" a economia brasileira. "Ele (Moretti) sabe que a minha preocupação é impedir que a economia brasileira entre em recessão e prejudique o Brasil e o governo do presidente Lula. E ele sempre soube que associar um ajuste fiscal a um aperto monetário num cenário de desaceleração é extremamente perigoso", escreveu.

Na última sexta-feira, deputados federais do PT, PSol e PCdoB protocolaram quatro projetos de lei que aumenta a arrecadação do governo a partir da elevação de impostos sobre os mais ricos. As propostas instituem o Imposto sobre Grandes Fortunas, ampliam a taxação sobre lucros e dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) e tributam títulos que hoje são isentos.

Esses temas já haviam sido levantados pelo ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas foram derrubados no Congresso.

Os autores das propostas, que podem entrar na discussão do plenários nos próximos dias, justificam que elas teriam o objetivo de abrir espaço fiscal para políticas sociais e investimentos públicos, por meio do aumento da arrecadação.

Por outro lado, outro deputado da base governista, Humberto Costa (PT-PE), usou seu perfil nas redes sociais para reforçar a agenda do governo Lula. "Bruno Moretti, um extraordinário quadro do nosso governo que tem feito brilhante trabalho à frente da pasta, especialmente na missão de organizar a nossa casa para novo momento do país", publicou Costa.

Manifestações

As divergências em torno do ajuste fiscal também se refletem nas organizações sociais ligadas à base de apoio do governo Lula. Para hoje, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades ligadas à esquerda convocaram manifestações contra a proposta. Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não se pronunciaram sobre a realização de possíveis atos hoje. Embora adotem diferentes estratégias de atuação contra o ajuste fiscal, as duas entidades assinaram, na semana passada, um manifesto contrário à medida elaborada pelo ministro do Planejamento, Bruno Moretti.

Além da UNE, esse manifesto foi assinado por grupos como o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). "Não é razoável transferir o peso do ajuste para trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e aposentadas e para a população que mais depende dos serviços públicos, sem enfrentar os privilégios e as distorções que persistem no sistema econômico e tributário brasileiro", disseram as organizações no comunicado.

Para o analista da Vokin Investimentos Guilherme Macêdo, o pacote necessário para uma estabilização da dívida seria de cerca de R$ 200 bilhões. Apesar disso, ele acredita que, mais do que o pacote em si, o governo deve sinalizar melhor pelo controle fiscal. "Ainda não nomeou o ministro da fazenda, não tem um plano claro, um monte de medida parafiscal continua, que não passa pelo crivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, então tem um monte de despesa que não conta como despesa e isso vai cobrar o preço", destaca.

Ajuste fiscal derruba Bolsa, e dólar sobe

Os sinais opostos do governo aumentaram a incerteza sobre qual deve ser a política adotada no quarto mandato do petista à frente do Executivo. A contenda entre alas diferentes ligadas ao Planalto não foi bem vista pelo mercado financeiro no dia de ontem e o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) retraiu 1,83%, aos 169.295 pontos, no fechamento da sessão.

A contenda entre alas diferentes ligadas ao Planalto não foi bem vista pelo mercado financeiro no dia de ontem e o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) retraiu 1,83%, aos 169.295 pontos, no fechamento da sessão.

A queda mais forte no preço do barril de petróleo e do minério de ferro impulsionam as perdas dos papeis da Vale (VALE3), que encerraram o pregão sendo vendidas a R$ 60,70, após uma baixa de 4,41%, e da Petrobras (PETR3;PETR4), que fecharam o dia com baixas de 3,24% e 2,83%, respectivamente.

No cenário doméstico, a Rebecca Nossig, estrategista de ações da Nomad explica que o movimento negativo do Ibovespa foi impulsionado principalmente pelas incertezas fiscais em torno da votação dos destaques ao pacote de ajuste no Senado e pela piora nas expectativas de mercado divulgadas mais cedo no Boletim Focus, publicado pelo Banco Central, e que elevou as projeções para o IPCA (de 4,90% para 5,00%) e para a taxa Selic (de 12,50% para 12,75%) em 2027.

Além disso, a retração apontada pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que registrou queda de 0,2% em setembro, e reforçou o tom defensivo entre os investidores locais, na avaliação de Nossig. O resultado, calculado com ajuste sazonal, foi influenciado pelas quedas da indústria, dos serviços e dos impostos.

A agropecuária foi o único segmento a apresentar crescimento no período.

No mercado de câmbio, o dólar comercial registrou uma disparada expressiva em relação ao real ao longo da sessão e encerrou o pregão cotado a R$ 5,77, após uma alta de 2,15%. "A valorização do dólar reflete diretamente a percepção de risco fiscal no Brasil e o avanço dos juros futuros (DIs), fatores que estimulam a busca por proteção cambial e a saída de capital estrangeiro em direção a ativos considerados mais seguros", avalia a estrategista da Nomad. (**RP**)

CNP Capitalização S.A.
CNPJ/MF nº 01.599.296/0001-71
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 02/10/2026

Às 10h00 do dia 02/10/2026, na sede social, com a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Sr. François Dominique Philippe Tritz, Presidente; e Sr. Vitor de Araújo Cardoso, Secretário. **Deliberações:** A única acionista, sem reservas, tomou as seguintes deliberações: **1.** Aprovar as contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, sem ressalvas, ficando devidamente aprovadas as contas dos administradores referentes ao referido exercício social. **2.** Aprovar, considerando que a Companhia apurou lucro líquido no valor de R$ 47.030.665,25 para o exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme disposto na Demonstração do Resultado do Exercício da Companhia, a destinação do lucro líquido do exercício da seguinte forma: (a) na forma do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável, 25% do montante do lucro líquido, equivalente a R$ 11.757.666,31 deve ser distribuído, a título de dividendos, à acionista **CNP Participações em Seguros Ltda.**; e (b) o valor equivalente a R$ 35.272.998,94 deve ser destinado à conta de reserva de lucros da Companhia. **3.** Aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Art. 130, parágrafo 1º da Lei das S.A. Nada mais. Mesa: Presidente: François Dominique Philippe Tritz, Secretário: Vitor de Araújo Cardoso. Acionista Presente: **CNP Participações em Seguros Ltda.** (p. François Dominique Philippe Tritz e Susan Barrio). Brasília, 02/10/2026. **Mesa: François Dominique Philippe Tritz -** Presidente; **Vitor de Araújo Cardoso -** Secretário; **CNP Participações em Seguros Ltda. - p. François Dominique Philippe Tritz e Susan Barrio. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal -** Certifico registro sob o nº 3216214 em 03/11/2026 da Empresa CNP CAPITALIZACAO S.A., CNPJ 01599296000171 e protocolo 262922002 - 20/10/2026. Autenticação: C5F447456BA96AEA6D277F64D14D0EF75C864. Leandro Nardy de Almeida - Secretário-Geral.

CNP Capitalização S.A.
CNPJ/MF nº 01.599.296/0001-71 - NIRE nº 53.3.0000553-2
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14/10/2026

Às 13 horas do dia 14/10/2026, na Cidade de Brasília/DF, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, Sala 1601, CEP 70701-050, com a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Sr. François Dominique Philippe Tritz, Presidente; e Sr. Vitor de Araujo Cardoso, Secretário. **Deliberação:** Após análise da matéria constante na Ordem do Dia, a acionista autorizou a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei das S.A., e decidiu, sem ressalvas ou restrições: **1.** Eleição de Diretor da Companhia: Eleger (a) para o cargo de Diretora sem designação específica, a Sra. Susan Barrio, CPF/ME nº 283.038.528-41; e (b) para o cargo de Diretor de Riscos e Controles Internos, o Sr. Rafael Rovira Iazzetti, CPF/ME nº 336.401.928-26 ("Diretor Eleito" ou "Sr. Rafael"), ambos com mandato unificado ao do Sr. François Tritz, ou seja, até 01/07/2027. **1.1.** A única acionista tomou conhecimento que os Diretores Eleitos preenchem as condições previstas da Resolução CNSP nº 422/21 e na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições aplicáveis. **1.2.** Os Diretores Eleitos serão empossados em seus respectivos cargos após o cumprimento de todos os preceitos estipulados na Resolução CNSP nº 422/21 e demais disposições legais aplicáveis, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, declarando, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, fé pública ou propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º da Lei das Sociedades Anônimas. **2.** Ratificação da composição da Diretora Executiva e redistribuição das responsabilidades regulatórias: Tendo em vista o informado no item 5 e o deliberado no item 6.1 acima, a única acionista, sem reservas, deliberou pela ratificação da atual composição da Diretoria Executiva e pela redistribuição das funções regulatórias específicas atribuídas aos seus membros, os quais têm mandato unificado até 01 de julho de 2027, conforme segue: **a) Diretor Presidente:** François Dominique Philippe Tritz, francês, passaporte francês nº 18HE66449, CPF/MF nº 718.850.731-78, com prazo de mandato até 01/07/2027, responsável pelo exercício das seguintes funções perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"): (i) responsável administrativo-financeiro nos termos do art. 54, § 2º, da Circular SUSEP nº 700/2024; (ii) responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, nos termos do art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021; (iii) responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos do art. 22 da Resolução CNSP nº 431/2021; (iv) responsável pelo cumprimento das obrigações do art. 13 da Resolução CNSP nº 383/2020; e, (v) responsável pelo sistema de seguros aberto (Open Insurance), nos termos do art. 31 da Resolução CNSP nº 415/2021. **b) Diretora sem Designação Específica:** Susan Barrio, CPF/ME nº 283.038.528-41, com prazo de mandato até 01/07/2027 e responsável pelo exercício das seguintes funções perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"): (i) responsável técnico, nos termos do art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; (ii) responsável pela política institucional de conduta, nos termos do art. 12, da Resolução CNSP nº 382/2020; (iii) responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do art. 54, § 1º, da Circular SUSEP nº 700/2024. **c) Diretor de Riscos e Controles Internos:** Rafael Rovira Iazzetti, CPF/ME nº 336.401.928-26, com prazo de mandato até 01/07/2027, responsável pelo exercício das seguintes funções perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"): (i) responsável pelos controles internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021; e, (ii) responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, nos termos do art. 12 da Circular SUSEP nº 612/2020. Nada mais. **Mesa:** Presidente: François Dominique Philippe Tritz; Secretário: Vitor de Araujo Cardoso. **Acionista Presente:** CNP Participações em Seguros Ltda. (p. François Dominique Philippe Tritz e Diego Demarco Vilhena). Brasília/DF, 14 de outubro de 2026. **Vitor de Araújo Cardoso -** Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal -** Certifico registro sob o nº 3207170 em 20/10/2026 da Empresa CNP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ 01599296000171 e protocolo 262912422 - 19/10/2026. Autenticação: E9B0E5832417E9343B65A8B488DC95DC75DF66B. Leandro Nardy de Almeida - Secretário-Geral.